

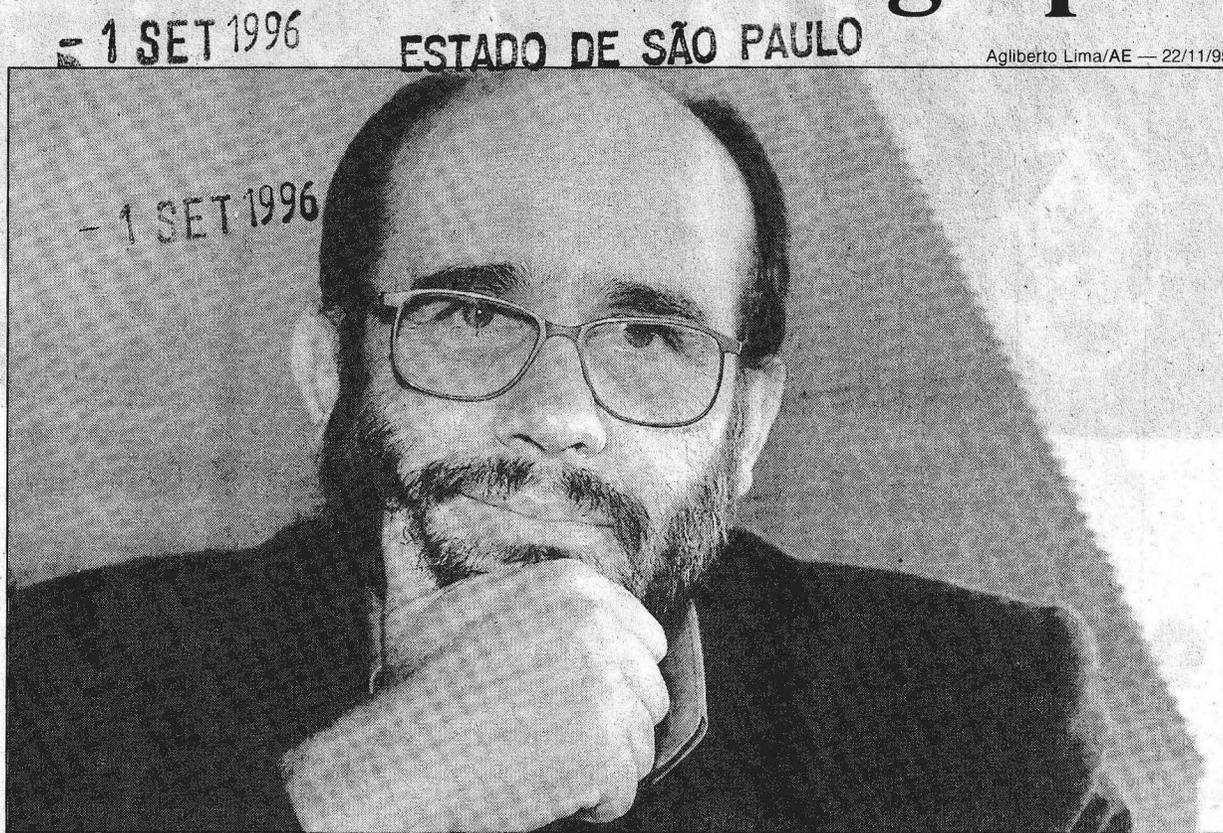
Rio terá centro de medicina legal para carentes

Nélson Massini afirma que serão feitos exames de identificação de estupro e de paternidade

CLAUDIO RENATO

RIO — A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) será a primeira do País a desenvolver um programa integrado de medicina legal e direitos humanos para atendimento de trabalhadores, crianças e mulheres. O projeto prevê atendimento de 10 mil a 12 mil pessoas por ano e foi desenvolvido pelo legista Nélson Massini, criador do Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O público alvo para o programa, segundo o legista, será formado principalmente pelas pessoas pobres.

O programa, de acordo com Massini, conta com o apoio do Grupo Tortura Nunca Mais, da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Conselho Regional de Medicina do Rio (Cremerj) e da Anistia Internacional. “Vamos contar com um núcleo para atender as pessoas carentes, que muitas vezes sofrem um acidente de trabalho e precisam de um laudo para sustentar uma ação cível contra o empregador.” Massini acredita que no projeto serão gastos anualmente entre US\$ 200 mil e US\$ 250 mil e busca financiamento da



Nélson Massini, que vai coordenar o projeto na UFRJ: atendimento de 12 mil pessoas por ano

Fundação Ford e de outros organismos financiadores internacionais.

Massini já entrou em contato com o superintendente da Polícia Federal no Rio, delegado Jairo Kullmann, e pretende conversar com o chefe de Polícia Civil, Hélio Luz, no sentido de que se-

jam firmados convênios entre o novo núcleo de medicina legal e as instituições policiais do Estado. “Nosso objetivo é tornar o trabalho da polícia mais humano e científico”, afirma. Massini, responsável por laudos mais atuais sobre as mortes dos militantes de es-

querda Carlos Marighella e Carlos Lamarca, mortos durante o regime militar, disse que o núcleo de medicina fará um trabalho complementar ao dos institutos policiais. “Defendemos o aperfeiçoamento dos institutos de criminalística e de medicina legal e que-

remos apenas colaborar.”

Treinamento — Os exames oferecidos no programa de medicina legal e direitos humanos da UFRJ, segundo Massini, serão os de paternidade, determinação de idade (no caso de crimes contra menores) e de violência contra mulher (identificação rápida de vestígios de estupro, para que a mulher possa ser encaminhada com segurança para fazer o aborto, amparada na lei). O legista disse ainda que pretende treinar pediatras do sistema de saúde pública para que possam verificar quando uma criança tem vestígios de tortura e espancamento promovidos pelos próprios pais.

De acordo com Massini, que apresenta esta semana o projeto na integra ao reitor da UFRJ, Paulo Alcântara, “a medicina legal direcionada para a preocupação com os direitos humanos tem como objetivo principal dar subsídio técnico para a assistência jurídica aos pobres, um serviço que já vem sendo prestado pela universidade”. Ele garante que, para começar a funcionar, o núcleo só precisa de um espaço físico definido. Mas, segundo afirmou, está quase certo que o programa funcionará na Faculdade de Direito, na frente do Campo de Santana, no centro da cidade. “Precisamos de um lugar onde as pessoas possam ir com mais facilidade e o câmpus da Ilha do Fundão é muito afastado”, argumenta.